

# Partido denuncia manobra

**BRASÍLIA** O PT está convencido que a emissão de NCz\$ 27 bilhões em títulos da dívida para pagamento de pessoal foi parte de uma manobra do governo Sarney. A informação obtida pelos economistas do partido é que a verba para o salário dos funcionários públicos foi desviada para outros projetos já encaminhados ao Congresso. Por isso, os parlamentares do PT devem propor a rejeição dos projetos ainda não aprovados pelo Congresso para reduzir a emissão de títulos no final do governo, a ser paga pelo próximo presidente.

A manobra foi relatada pelos técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional aos economistas da assessoria do PT que buscam informações nos ministérios da Fazenda e Planejamento. Segundo Guido Mantega, um dos inte-

grantes dessa assessoria, o governo utilizou recursos de excesso de arrecadação para projetos de objetivo discutível, como o do Ministério dos Transportes, que prevê o início de novas obras no final do governo. Agora, a receita tributária não será suficiente para o pagamento de pessoal e, por isso, o Executivo já encaminhou um projeto de lei em que pede autorização para emitir títulos para garantir recursos para a folha salarial de dezembro.

Se a emissão adicional de NCz\$ 27 bilhões não for aprovada, o governo não terá dinheiro para pagar pessoal, segundo a estimativa do Tesouro conta Mantega. Além dessa emissão para pagamento de pessoal em dezembro, o governo também está pedindo para colocar outros NCz\$ 74 bilhões em títulos da dívida, sendo NCz\$ 50 bilhões para rola-

gem da própria dívida; NCz\$ 17 bilhões para pagamento de débitos bancários de empresas públicas; NCz\$ 3 bilhões para Previdência Social; NCz\$ 500 milhões para o programa do leite e outros NCz\$ 2,5 bilhões para diversas iniciativas. Existem ainda projetos de suplementação orçamentária para 1989 no valor de NCz\$ 17 bilhões, com recursos excedentes de arrecadação, para outros setores.

**Sabotagem** Os economistas do PT acham que uma parcela significativa desses projetos com verbas de excesso de receita não tem fundamento. "Somente o mínimo indispensável deve ser aprovado", defende Matega. A preocupação do PT é que a emissão adicional de títulos vai aumentar a dívida interna que será herdada pelo próximo governo. "É uma sabotagem do próximo orçamento", denuncia o economista.